

NOTA INFORMATIVA

# Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 4º bimestre de 2025

Data de elaboração:  
23/09/2025

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Poder Executivo publicou ontem o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) relativo ao 4º bimestre de 2025. Alguns destaques deste RARDP são:

- Projeção para as receitas primárias reduziu R\$ 0,2 bilhão, em termos totais, e R\$ 1,9 bilhão, líquidas de transferências, em relação ao projetado no RARDP do 3º bimestre, ao passo que a projeção para as despesas primárias caiu R\$ 3,3 bilhões, já contabilizado o valor bloqueado;
- Bloqueio total de despesas alcançou R\$ 12,1 bilhões, R\$ 1,4 bilhão a mais do que no relatório anterior, com vistas a atender ao limite de crescimento real das despesas primárias;
- Projeção para o resultado primário, em relação à LOA 2025, passou de superávit primário de R\$ 14,6 bilhões (0,12% do PIB) para déficit primário de R\$ 30,2 bilhões (-0,24% do PIB), contabilizados os abatimentos da meta. No relatório anterior, o déficit primário projetado era de R\$ 26,3 bilhões (-0,21% do PIB);
- Abatimentos do resultado primário referentes às ADIs 7047 e 7064 e à ADPF 1236 totalizaram R\$ 43,3 bilhões (R\$ 5,4 bilhões abaixo do RARDP do 2º bimestre);
- Da mesma forma que o apurado no relatório anterior, não há contingenciamento, visto que a previsão atual é de déficit de R\$ 30,2 bilhões, R\$ 0,8 bilhão acima do piso inferior da meta.



Tabela 1 – Principais projeções do Poder Executivo

Discriminação	RARDP 3B	RARDP 4B	Var.
	R\$ bilhões		
1. Receita primária total	2.924,4	2.924,2	-0,2
Receita administrada pela RFB/MF	1.878,6	1.866,6	-12,0
Arrecadação líquida para o RGPS	710,9	710,5	-0,4
Receitas não-administradas pela RFB/MF	334,9	347,1	12,3
2. Transferências por repartição de receita	578,9	580,6	1,7
<b>3. Receita líquida de transferências (1) - (2)</b>	<b>2.345,5</b>	<b>2.343,6</b>	<b>-1,9</b>
4. Despesas primárias	2.420,4	2.417,1	-3,3
Obrigatórias	2.209,9	2.207,1	-2,8
Benefícios previdenciários	1.032,4	1.029,2	-3,2
Pessoal e encargos sociais	409,7	409,0	-0,7
Demais, inclusive as sujeitas à programação financeira	767,8	768,9	1,1
Discricionárias do Poder Executivo	210,5	210,0	-0,5
<b>5. Resultado primário do Governo Central (3) - (4)</b>	<b>-74,9</b>	<b>-73,5</b>	<b>1,4</b>
6. Despesas não computadas na meta	48,6	43,3	-5,4
<b>7. Resultado primário para cumprimento da meta (5) + (6)</b>	<b>-26,3</b>	<b>-30,2</b>	<b>-3,9</b>
8. Centro da meta de resultado primário	0,0	0,0	0,0
9. Limite inferior da meta de resultado primário	-31,0	-31,0	0,0
<b>10. Margem para o centro da meta (7) - (8)</b>	<b>-26,3</b>	<b>-30,2</b>	<b>-3,9</b>
<b>11. Margem para o limite inferior da meta (7) - (9)</b>	<b>4,7</b>	<b>0,8</b>	<b>-3,9</b>
12. Despesas primárias sujeitas ao limite	2.270,9	2.273,6	2,7
13. Limite da LC nº 200/2023	2.260,2	2.261,4	1,2
<b>14. Bloqueio total (13) - (12)</b>	<b>-10,7</b>	<b>-12,2</b>	<b>-1,5</b>

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2025.  
Elaboração: Conorf/SF.

## 2. PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES

### 2.1. Parâmetros Macroeconômicos

A projeção para o crescimento real do PIB, que na LOA de 2025 era de 2,45% e no relatório anterior foi estimada em 2,54%, caiu para 2,34% na avaliação deste bimestre. Por sua vez, a projeção para a inflação deste ano foi reduzida em relação ao relatório anterior, de 4,94% para 4,84%, mantendo-se acima da margem superior de tolerância da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, que é 4,50%. A projeção da taxa Selic manteve-se estável, oscilando de 14,25% para 14,30%. Por fim, a taxa de câmbio atinge valor abaixo do originalmente previsto na LOA 2025, de R\$ 5,70 para R\$ 5,63.



## 2.2. Receitas Primárias

A projeção para as receitas primárias ficou estável, em termos totais, oscilando para baixo em R\$ 0,2 bilhão, atingindo R\$ 2.924,2 bilhões (22,94% do PIB). Porém, líquidas de transferência, as receitas caíram R\$ 1,9 bilhão, atingindo R\$ 2.343,6 bilhões (18,39% do PIB), explicados em função do aumento da participação de receitas com alto valor transferido a entes subnacionais, tais como a de exploração de recursos naturais. Os principais fatores que contribuíram para esse comportamento são apresentados nas Tabelas 2 e 3.

**Tabela 2 – Principais variações nas receitas administradas em relação ao 3º bimestre**

(Em R\$ milhões)

Receita	Justificativa	Variação
Imposto de importação	- Realização da arrecadação em valores inferiores aos previstos; - Redução nas alíquotas médias projetadas; - Revisão de parâmetros, especialmente, da taxa de câmbio.	-3.263,1
Imposto sobre a renda	- Redução da inflação projetada para o ano; - Realização a menor de IRPJ e IRRF-Capital.	-3.600,3
CSLL	- Revisão de parâmetros; - Realização da arrecadação em valores inferiores aos previstos.	-2.170,8
Outras		-3.419,3
<b>Total</b>		<b>-12.453,5</b>

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2025.  
Elaboração: Conorf/SF.

**Tabela 3 – Principais variações nas receitas não-administradas em relação ao 3º bimestre**

(Em R\$ milhões)

Receita	Justificativa	Variação
Exploração de recursos naturais	- Aumento de R\$ 4.902,1 milhões em arrecadação efetiva de royalties; - Aumento de R\$ 675,2 milhões em comercialização de óleo.	5.696,0
Dividendos e participações	- Revisão de estimativas de lucros; - Revisão de estimativa de distribuição de dividendos.	6.903,7
Outras		-318,6
<b>Total</b>		<b>12.281,1</b>

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2025.  
Elaboração: Conorf/SF.

## 2.3. Despesas Primárias

As projeções do Poder Executivo para as despesas primárias foram reduzidas em R\$ 3,3 bilhões, atingindo o patamar 18,96% do PIB. Os principais fatores responsáveis encontram-se destacados na Tabela 4.

**Tabela 4 – Principais variações nas despesas em relação ao 3º bimestre***(Em R\$ milhões)*

<b>Despesa</b>	<b>Justificativa</b>	<b>Variação</b>
Benefícios de prestação continuada	- Aumento de R\$ 4.821,7 milhões com benefícios normais; - Redução de R\$ 1.965,8 milhões com sentenças judiciais.	2.855,9
Obrigatórias com controle de fluxo	- Aumento de R\$ 585,8 milhões para o piso de atenção primária; - Aumento de R\$ 529,4 milhões para média e alta complexidade; - Aumento de R\$ 495,6 milhões de assistência a servidores e militares.	1.571,5
Abono e seguro-desemprego	- Aumento de R\$ 892,5 milhões com abono salarial; - Aumento de R\$ 356,0 milhões com seguro-desemprego.	1.248,5
Lei Aldir Blanc	- Cumprimento por 5.113 entes federativos das metas para recebimento do apoio financeiro.	1.000,4
Benefícios previdenciários	- Aumento de R\$ 1.774,0 milhões com benefícios normais; - Redução de R\$ 4.231,1 milhões com sentenças judiciais.	-3.233,1
Sentenças judiciais e precatórios	- Apuração dos valores consignados em dotações voltadas ao pagamento de precatórios não utilizados pelo Poder Judiciário; - Atualização de estimativas para o pagamento de requisições de pequeno valor – RPVs até o final do exercício pela Justiça Federal; - Necessidade de reforço de dotação para o pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte; - Cancelamento das programações destinadas ao pagamento de despesas pela Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), em virtude de contrato de gestão firmado com o Ministério das Comunicações, que marca a transição da condição daquela empresa dependente para não dependente.	-5.629,7
Outras		-1.147,1
<b>Total</b>		<b>-3.333,6</b>

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2025.  
Elaboração: Conorf/SF.

## 2.4. Bloqueio

A estimativa para as despesas primárias sujeitas aos limites estabelecidos pelo Regime Fiscal Sustentável (RFS) chegou a R\$ 2.273,6 bilhões, frente ao limite global de R\$ 2.261,4 bilhões para 2025. Portanto, fez-se necessário realizar um bloqueio, no valor de R\$ 1,4 bilhão, que somado ao bloqueio realizado em decorrência do relatório anterior, alcança um bloqueio total de R\$ 12,1 bilhões.

## 2.5. Contingenciamento

O relatório apresentou um déficit esperado de R\$ 73,5 bilhões para o resultado primário. Ao mesmo tempo, um total de R\$ 43,3 bilhões em despesas não serão computadas no resultado primário para fins de cumprimento da meta estabelecida na LDO. Portanto, considerando a meta zero estabelecida nessa lei e o limite inferior do intervalo de tolerância de R\$ 31,0 bilhões (0,25% do PIB) permitido pelo RFS, o RARDP indica que é desnecessário realizar contingenciamento, dada a margem de R\$ 0,8 bilhão para o limite inferior da meta.

### 3. CONSIDERAÇÕES DA CONORF

O relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 4º bimestre demonstra uma relativa estabilidade na previsão de geração do resultado fiscal de 2025 em relação ao bimestre anterior. O bimestre decorreu sem eventos que afetassem de forma significativa as finanças públicas, fazendo com que as estimativas realizadas no relatório anterior se mantivessem, salvo pequenas variações.

Não foi verificada necessidade de contingenciamento nesse bimestre, havendo, todavia, incremento de R\$ 1,4 bilhão no bloqueio, totalizando agora R\$ 12,1 bilhões para atender ao limite de despesas da Lei Complementar nº 200/2023. O bloqueio incide exclusivamente sobre o conjunto das despesas discricionárias sujeitas aos limites da LC nº 200/2023, não alcançando as ressalvadas em lei ou classificadas fora do limite, motivo pelo qual poderá impactar as emendas parlamentares em até R\$ 2,8 bilhões (5,5% do total).

No que tange à arrecadação, o bimestre também aponta estabilidade na projeção da receita total, que variou R\$ 0,2 bilhão para baixo nesse relatório. Esse resultado mantém assim os números próximos daqueles aprovados na LOA 2025. Ressalte-se, entretanto, que a manutenção da receita total é baseada, mais uma vez, no crescimento da projeção de receitas não administradas pela RFB, especificamente exploração de recursos naturais (+ R\$ 5,7 bilhões) e dividendos e participações (+ R\$ 6,9 bilhões). Quanto às receitas administradas, as novas projeções de câmbio e inflação afetaram principalmente a arrecadação do Imposto de Importação (- R\$ 3,3 bilhões) e Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais (- R\$ 3,6 bilhões).

Pelo lado da despesa, mais uma vez merece relevo o crescimento das expectativas de despesas com Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV, que crescem R\$ 2,9 bilhões em relação ao 3º bimestre. Ao mesmo tempo, as despesas previdenciárias são corrigidas para baixo no relatório desse bimestre, reduzindo-se em R\$ 3,2 bilhões. Apesar disso, as despesas previdenciárias ainda se encontram em patamar superior ao aprovado na LOA 2025. Destaque-se também a diminuição nos gastos com sentenças judiciais e precatórios, no montante de R\$ 5,6 bilhões, decorrente, principalmente, do cancelamento de precatórios não utilizados pelo Poder Judiciário.

Por fim, cabe ressaltar que as despesas com créditos extraordinárias não se sujeitam ao limite de despesas do Regime Fiscal Sustentável, mas devem ser computadas para o cálculo do resultado primário. Porém, o Poder Executivo vem recorrendo de forma sucessiva ao Supremo Tribunal Federal para impedir que essas despesas sejam consideradas para a aferição do cumprimento da meta de resultado primário frente ao previsto na LDO.



Assim, em razão da ADPF 1236 e das ADIs 7047 e 7064, R\$ 43,3 bilhões não estão sendo considerados para a apuração do cumprimento da meta fiscal, fazendo com que o resultado primário real apresente um déficit bem superior ao limite inferior da meta estabelecida para 2025.

Como já alertado por esta Consultoria em notas pretéritas, o tratamento adotado pelo RFS para os créditos extraordinários sugere que, se a despesa não foi considerada na elaboração da LOA, ela deve ser absorvida pela margem oferecida entre o limite inferior e o centro da meta. No entanto, em 2025, até o momento, os R\$ 43,3 bilhões excluídos do resultado primário para fins de apuração do cumprimento da meta resultam na ocupação do espaço entre o piso e o centro da meta por despesas públicas corriqueiras. A persistência dessa prática, aplicada desde o primeiro ano de vigência do RFS, demanda reflexão e deve suscitar debates públicos em torno de eventual aperfeiçoamento desse mecanismo.

#### 4. REFERÊNCIAS

- RARDP:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorios-de-avaliacao-fiscal>

- Publicações da Conorf:

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/estudos-orcamentarios>

- MPO Transparente:

<https://www.gov.br/planejamento/mpo-transparente>

- Tesouro Transparente:

<https://www.tesourotransparente.gov.br>

##### ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF

Consultor-Geral: Flávio Diogo Luz

<http://www.senado.leg.br/orcamento>

Tel: (61) 3303-3318 | [conorf@senado.leg.br](mailto:conorf@senado.leg.br)

**EQUIPE TÉCNICA:** Bento Rodrigo Pereira Monteiro, Eduardo Jacomo Seraphim Nogueira, Jonathan Meirelles de Aguiar, Marcos Felipe de Almeida Martins, Murilo Hinojosa de Sousa, Neide Aparecida Archanjo de Carvalho, Ricardo Bino Liberalquino